



# EVOLUÇÃO PSICOGENÉTICA DA ESCRITA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A PARTIR DA INCLUSÃO DE SOFTWARES EDUCATIVOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eudislânia Paulino Martins<sup>1</sup>  
Ânglidimogean Barboza Bidô<sup>2</sup>  
Danilo de Sousa Cezario<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender as contribuições da inclusão de *softwares* educativos junto a crianças com deficiência intelectual e que fazem parte do AEE contribuem para a evolução psicogenética da língua escrita desses alunos. Para tanto, Foi realizado um levantamento de literatura em agosto de 2020, nas bases de dados Periódicos CAPES e Google Acadêmico e a partir disso uma revisão integrativa para a discussão dos dados encontrados. Como principais resultados podemos destacar a escassez de estudos na área e ainda a necessidade de formação continuada dos professores para atender a demandas existentes. Com relação a utilização dos *softwares* as pesquisas mostraram que eles auxiliam de forma positiva no processo de ensino e aprendizagem e melhoram o desenvolvimento do aluno

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão.

## INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e é umas das áreas mais importantes para a formação de uma sociedade melhor. Além disso, é papel da escola assegurar o acesso e permanência dos alunos matriculados e um ensino de qualidade. Uma das formas de garantir isso é contar com profissionais capacitados.

Muitos desafios são enfrentados no cotidiano escolar para atender a todos os alunos e garantir a inclusão daqueles que possuem Necessidades Educativas Especiais (NEE) e que integram o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

<sup>1</sup>Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Psicopedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Monte Horebe-PB, [eudislaniapaulino.martins@gmail.com](mailto:eudislaniapaulino.martins@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Pós-graduanda em Educação Especial, pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI, [brancnkbarboza95@gmail.com](mailto:brancnkbarboza95@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Mestre em Educação – UNINTER, [daniломotos@hotmail.com](mailto:daniломotos@hotmail.com).



O AEE foi criado para atender o público-alvo da Educação especial, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Ele funciona como um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. Assim o AEE é

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno (SARTORETTO; SARTORETTO. 2010, p 2).

De acordo com Resolução Nº4, de 2 de outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, o AEE deve ser

realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, Art. 5, p. 2).

Assim, a AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Uma das formas de melhorar o atendimento oferecido é com a inclusão de das tecnologias e dos *softwares* educativos. Esses *softwares* podem ser utilizados de diversas formas, entre elas para a melhoria da aquisição da escrita de crianças com DI que fazem parte do AEE, público-alvo desse estudo.

Pesquisas realizadas na área de educação nos últimos anos têm discutido a influência exercida pela inclusão dos softwares educativos na alfabetização de alunos com Deficiência



intelectual (DI) e que fazem parte do AEE para compreender de que forma eles contribuem para a evolução psicogenética da língua escrita.

Os professores que interam o AEE devem estar preparados para atuar de forma diversificada e buscando meios e estratégias que auxiliem no processo de aprendizagem dos alunos. São segundo o Art. 13 da Resolução Nº 4 as atribuições do professor do AEE

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Desse modo, os profissionais devem estar capacitados para atender a essas demandas. Porém, somente a formação inicial não é suficiente pois a sociedade está se transformando cada vez mais rápido o que leva ao surgimento de novas metodologias de ensino. Além disso, o perfil dos alunos também está mudando e exige do professor uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

Corroborando com o exposto, as pesquisas de Simon (2018), Rodrigues (2018) e Barros (2017) mostram a necessidade de modernização da prática do professor através do uso de *softwares* educativos, principalmente no que diz respeito aos alunos com DI. Não só isso, mas a importância da formação inicial e continuada do professor, da mediação e do planejamento das atividades desenvolvidas, e ainda o aprofundamento das temáticas que envolvem a aquisição da escrita.



Diante disso, este artigo tem como objetivo compreender de que forma a inclusão dos *softwares* educativos junto a crianças com deficiência intelectual e que fazem parte do AEE contribuem para a evolução psicogenética da língua escrita desses alunos.

O princípio básico da inclusão escolar consiste em que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos (UNESCO apud MENDES, 2002).

A educação especial é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na qual determina a sua existência desde a escola básica até o ensino superior, assim como a permanência nestes níveis de ensino. Todos têm direito a uma educação de qualidade, a um ambiente de ensino que respeite suas diferenças, suas limitações e seus desejos, cada vez mais se faz necessária a luta por escolas que garantam a formação e inclusão de todos no mesmo ambiente de ensino valorizando a diversidade.

É importante destacar que ainda é forte a resistência dos pais para inserir crianças que possuam alguma NEE na escola como forma de protegê-los do preconceito e até mesmo pela descrença no progresso que o filho pode ter e com isso usam o despreparo dos professores e de escolas para justificar a fuga da exclusão quando na verdade deveriam lutar pelo direito a educação que é apregoado por lei.

Um outro fator que deve ser discutido é quanto à formação e capacitação de professores e de toda a equipe escolar para que eles tenham o suporte necessário para receber e atender a essa demanda. A escola regular deve estar preparada para receber todos esses alunos e promover uma educação de qualidade.

O fato é que ainda há muito a se fazer para destituir as diferenças nas escolas e se modificar estas instituições de ensino com o objetivo de promover uma modernização da práxis utilizada e no usufruto da educação sem que haja qualquer tipo de distinção entre os educandos seja de qual natureza for.

Uma educação para todos se faz verdadeiramente quando esta assegura de forma irrevogável o direito a todos de uma educação de qualidade sem que haja discriminação. Para que a escola atenda a todos de forma igualitária é preciso antes de tudo entender que cada aluno possui sua particularidade e singularidade sendo dever das instituições de ensino proporcionar um tratamento igualitário entre seus alunos.



## METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de literatura em agosto de 2020, nas bases de dados Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Os palavras-chave utilizadas para o português foram as seguintes: psicogênese da língua escrita AND atendimento educacional especializado AND softwares educativos AND Deficiência intelectual; e para o inglês psychogenesis of written language AND specialized educational services AND educational softwares AND intellectual disabilities em ambas as bases de dados. Foram selecionados 25 estudos sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1.

Os critérios de inclusão foram: estudos nos idiomas inglês, espanhol e português, nos últimos cinco anos, envolvendo a evolução psicogenética da escrita de crianças com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado a partir do uso de *softwares* educativos. Os critérios de exclusão foram os estudos de revisão.

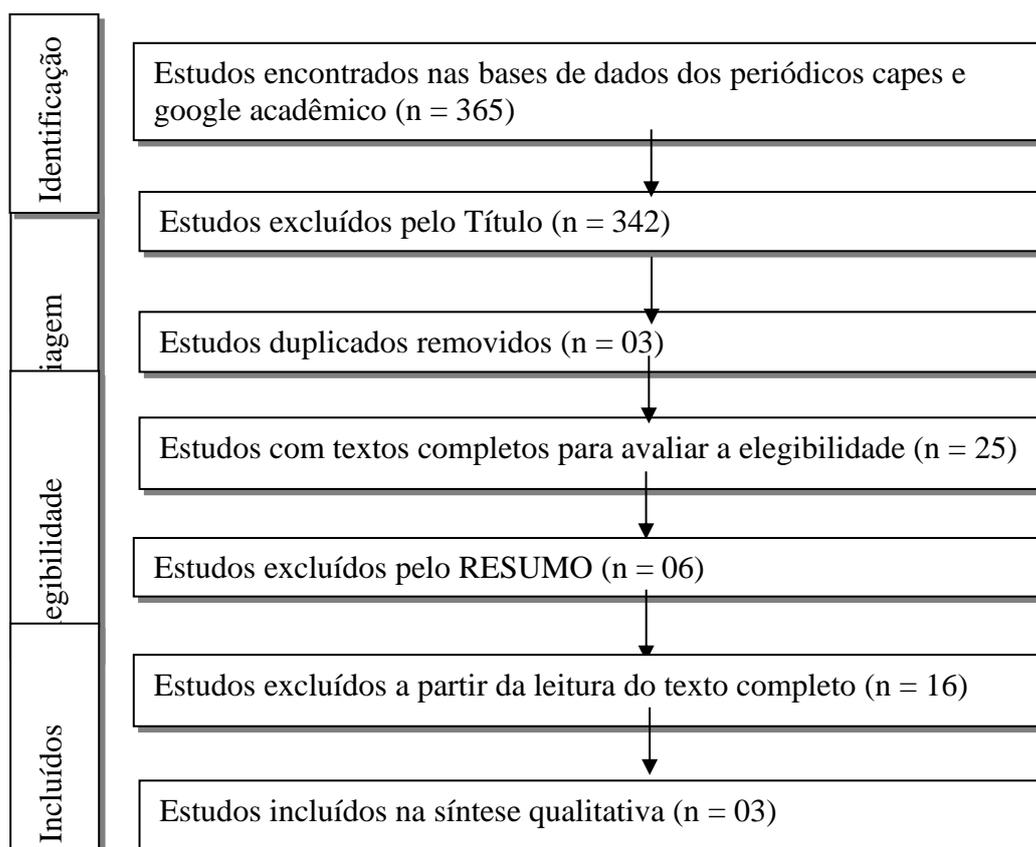


Figura 1. Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos estudos utilizados na pesquisa

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final desta revisão é constituída a partir de 03 estudos que foram incluídos na revisão integrativa com base nos critérios de inclusão previamente estabelecidos para a pesquisa nas bases de dados Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Na tabela 1 consta as especificidades de cada um dos estudos incluídos na pesquisa.

Tabela 1 – Demonstrativo dos estudos que integram a Revisão Integrativa

#N	Data	Título	Autores	Periódicos	Objetivos	Resultados
1	2018	Diretrizes para o uso de aplicativos de leitura e escrita na educação especial	Karolina Waechter Simon, Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Pavão.	Repositório Institucional UFSM. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede da UFSM.	Analisar se os aplicativos educacionais potencializam o ensino de leitura e de escrita para alunos com deficiência intelectual.	Ao final da pesquisa constatou-se que os aplicativos poderiam ser pensados levando em consideração os níveis de leitura escrita e as características de cada um destes níveis. Assim, beneficiaria não só os sujeitos com deficiência intelectual, mas também todos os outros sujeitos nesses níveis de leitura e escrita.
2	2018	A prática pedagógica do professor do atendimento educacional especializado do município de Caucaia - CE: uma análise sobre o uso do <i>software</i> luz do saber na sala de recurso multifuncional	Maria do Socorro Moraes Soares Rodrigues, Profa. Dra. Adriana Leite Limaverde Gomes	Repositório Institucional UFC Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC.	Analisar a prática pedagógica do professor do Atendimento Educacional Especializado junto ao aluno com deficiência intelectual em Sala de Recurso Multifuncional do município de Caucaia-Ceará, verificando, de que modo o uso do <i>software</i> Luz do Saber pode contribuir para o processo de aquisição do sistema alfabético de escrita.	No desenvolvimento das sessões pelas professoras do AEE, elas passaram a utilizar diferentes formas de mediação que favoreceram a evolução do nível conceitual da escrita de suas alunas. Infere-se que o <i>software</i> Luz do Saber, como um recurso computacional, em conjunto com as ações mediadoras das professoras do AEE, pode contribuir para o desenvolvimento da língua escrita de sujeitos com DI.
3	2017	O desenvolvimento da escrita de sujeitos com deficiência intelectual por meio do <i>software</i> scala web	Francisca Jamília Oliveira de Barros, Prof.ª PhD Rita Vieira de Figueiredo	Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFC.	Verificar se e como a aplicação do sistema de Comunicação Alternativa, Scala Web, favorece o desenvolvimento da linguagem escrita de sujeitos com deficiência intelectual.	Os dados revelaram que durante o processo de construção textual, no início da pesquisa quatro dos cinco sujeitos utilizavam a construção dos cenários para planejar o seu texto e organizar a apresentação das ideias. Ao término da pesquisa esses sujeitos já conseguiram organizar e construir os seus textos sem o apoio dos cenários.

Fonte: O autor (2020)



Desse modo, após a leitura e análise dos estudos completos incluídos na revisão temos apenas 03 que se encaixam extritamente ao objetivo desta pesquisa no que diz respeito ao uso dos *softwares* educativos no atendimento educacional especializado com crianças que apresentam deficiência intelectual para a evolução psicogenética da escrita.

Outro dado importante diz respeito ao nível em que essas pesquisas vem se desenvolvendo, todos os estudos são pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação de Mestrado. Além disso, 02 estudos foram desenvolvidos em pesquisas da área de Educação e 01 na de Tecnologias Educacionais em Rede.

A partir de uma revisão integrativa da literatura acerca da temática observou-se que essas pesquisas apresentaram resultados positivos no desenvolvimento cognitivo, na motivação e autonomia desses alunos.

Estudos (FERNANDES; FIGUEIREDO, 2010; FIGUEIREDO; CRISPIM, 2005) corroboram essa proposição ao afirmarem que os alunos com DI demonstram maior motivação e interesse pelas atividades realizadas no computador, visto que o teclado do computador oferece a “possibilidade de escrever, corrigir, editar e oferece a própria mobilidade da escrita, permitindo mudar a posição de letras e palavras” (FERNANDES; FIGUEIREDO, 2010, p. 93-94 apud RODRIGUES, 2018, p. 95-96).

Simon (2018) desenvolveu sua pesquisa tendo como objetivo analisar se os aplicativos educacionais potencializam o ensino de leitura e de escrita para alunos com deficiência intelectual.

Segundo os dados obtidos pela autora através da interação dos alunos com deficiência intelectual com os jogos, “é necessário que se realize uma seleção do que é viável ou não para o ensino e a aprendizagem das habilidades desejadas. Mas há de se considerar que tais materiais não garantem, por si só, a qualidade e a efetividade quer do ensino, quer da aprendizagem” (SIMON, 2018, p. 75).

Durante as observações realizadas na pesquisa, foi possível perceber que estes objetos de aprendizagem, como ferramentas de mediação, favorecem as aprendizagens, todavia, constatou-se que, para isso, é necessário que o professor trabalhe junto (SIMON, 2018, p. 75).

Corroborando com o exposto, na pesquisa realizada por Rodrigues (2018) acerca da prática do professor do AEE com o uso do *software* Luz do saber para aquisição do sistema alfabético de escrita “compreende-se que os módulos do *software* Luz do Saber contribuem para esse aprendizado [...]” (RODRIGUES, 2018, p. 147).



Na prática dos professores participantes da pesquisa os recursos de baixa tecnologia foram os mais utilizados no AEE, a exemplo, “atividades xerocadas envolvendo leitura, escrita, recorte e colagem e jogos pedagógicos disponíveis em suas salas de recursos multifuncionais” (RODRIGUES, 2018, p. 97).

Entretanto, os alunos com DI precisam de atividades que os desafiem e contribuam para a evolução do seu nível de aprendizagem, as atividades mencionadas anteriormente acabam provocando um desenvolvimento mecânico. Ademais, “Tais atividades limitam os alunos com deficiência intelectual e impedem que eles se beneficiem dos recursos de alta tecnologia disponíveis nas SRMs” (RODRIGUES, 2018, p. 99).

A pesquisa de Barros (2017) teve por objetivo verificar como a aplicação do sistema de Comunicação Alternativa, Scala Web, favorece o desenvolvimento da linguagem escrita de sujeitos com deficiência intelectual.

Ao término da pesquisa a autora observou que esses sujeitos já conseguiam organizar e construir os seus textos sem o apoio dos cenários. Durante toda a pesquisa a mediação se constitui um elemento importante para o desempenho dos sujeitos na produção escrita.

Nesse sentido, as pesquisas de Rodrigues (2018), SIMON, (2018) e BARROS (2017) discutem outras dificuldades enfrentadas pelos professores do AEE, por exemplo, a organização de atividades para os alunos com DI que oportunize situações concretas da aprendizagem da leitura e da escrita.

Em relação a escrita, as pesquisas (KATINS, 1994; BONETTI, 1995, 1996, 1997, 1999; FIGUEIREDO, 2004; GOMES, 2001, 2006 apud BARROS, 2017, p. 35) evidenciaram que as pessoas com deficiência intelectual passam por processos cognitivos semelhantes às pessoas sem deficiência e apresentam os mesmos níveis conceituais podendo atingir o nível alfabético. No entanto, podem demorar mais tempo devido às fragilidades nos aspectos funcionais.

Desse modo, defende-se que a qualidade desse atendimento deve envolver práticas educacionais que viabilizem a participação desses alunos, a partir de seu nível conceitual da língua escrita, para que eles sejam atendidos em suas necessidades e ainda de acordo com suas potencialidades (RODRIGUES, 2018, p. 99-100).

Isso porque, “[...] ao colocar essas crianças em condições adequadas ou ao utilizar métodos especiais de ensino, muitas têm progressos notáveis e algumas conseguem inclusive superar o seu próprio atraso” (LEONTIEV, 2005, p. 87)”.

Para que as crianças consigam evoluir mesmo diante da deficiência é necessário que a intervenção realizada ocorra de forma planejada, com objetivos definidos e intencionalidade



correta. Porém, Rodrigues (2018; SIMON, 2018; BARROS, 2017) em seus estudos mostram que essas etapas eram negligenciadas pelos professores, o que contribuía para o insucesso de sua prática.

Nesse sentido, percebe-se a importância de o professor do AEE traçar o perfil do aluno com DI, de forma que, no reconhecimento de suas especificidades, ele possa fazer um planejamento que atenda e supere as limitações desse aluno (RODRIGUES, 2018, p. 122).

Pesquisas (SIMON, 2018; RODRIGUES, 2018; BARROS, 2017) mostram a importância da formação e mediação do professor para o processo de ensino e aprendizagem. Assim, “Para que seja feita esta utilização e inserção das tecnologias como instrumento de ensino/aprendizagem, é necessário que estejamos capacitados, tanto para escolher estes recursos, como saber manusear estes de maneira positiva” (SIMON, 2018, p. 75-76).

O *software* Luz do Saber pertence ao grupo de *softwares* livres e gratuitos, visto que permite ao usuário “fazer modificações e ampliá-lo no futuro, mas livre, também, na possibilidade de cada educador poder moldar e adaptar suas atividades, incluir novos textos, imagens, vídeos e animações de acordo com sua realidade” (CARVALHO, *et al* 2008, p. 220).

Outrossim, buscar essa adequação é função do professor do AEE estabelecida em legislação. No artigo 13 da Resolução nº 04 de 2009, destacam-se os itens IV e VII, a saber:

IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação (BRASIL, 2009).

Assim, “Compreende-se, com base nos documentos oficiais, que o professor do AEE, na articulação com o professor de sala de aula comum, pode planejar situações de aprendizagem que promovam acessibilidade a esse aluno” (RODRIGUES, 2018, p. 95).

Quanto à formação do professor, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 em seu art. 12, destaca que, “para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação continuada na educação especial” (BRASIL, 2009, p. 3).

Machado (2015 apud RODRIGUES, 2018, p. 161) fez um estudo sobre o professor do AEE e o uso das tecnologias educacionais. Nesse estudo, a autora afirma que a formação inicial e continuada desse profissional deve abordar o uso das tecnologias.



Concordando com o supracitado, Pedro (2012, p. 87) diz que “é fundamental a informação para os professores a respeito da adoção da TIC, tanto nos cursos de formação inicial quanto continuada. Essa formação deve contemplar a exposição das ferramentas e *softwares* que podem ser utilizados na educação”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas podemos perceber que o uso dos *softwares* educativos contribui para o desenvolvimento da escrita de crianças com DI, e ainda, a importância da formação inicial e continuada dos professores que atuam no AEE para a construção e mediação das intervenções a serem realizadas.

Outro fator percebido e que merece destaque é a escassez de discussões na área estudada, tornando-a um campo fértil de discussões que se tornam cada vez mais necessárias devido ao uso crescente das tecnologias no meio educacional.

Portanto, a utilização de um ambiente atrativo implica não somente na melhoria do processo de alfabetização, mas responde a necessidade da inclusão social das tecnologias. Para tanto, a formação do professor torna-se indispensável, assim, como um planejamento adequado e dotado de intencionalidade buscando superar as barreiras encontradas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, F. J. O. **O desenvolvimento da escrita de sujeitos com deficiência intelectual por meio do software scala web**. 2017. 173f.– Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24232> Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CARVALHO, Marcos et al. Desenvolvimento de *Software* para alfabetização de adultos baseado em princípios Freirianos. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, XIX*. 2008, Fortaleza (CE). **Anais...** Fortaleza 2008.



LEONTIEV, Aléxis [et al]. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** São Paulo: Centauro, 2005.

MENDES, E. G. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, E. S. C. F. (Org.) *Escola Inclusiva.* São Carlos: EduFSCar, 2002. p. 61-85.

PEDRO, Ketilin Mayra. **Softwares educativos para alunos com deficiência intelectual: planejamento e utilização.** 2012. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, SP, 2012.

RODRIGUES, M.S. M. S. **A prática pedagógica do professor do atendimento educacional especializado do município de Caucaia-CE: uma análise sobre o uso do software luz do saber na sala de recurso multifuncional - UFC.** 2018. 230f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/34983>> Acesso em: 12 ago. 2020.

SARTORETTO, Mara Lúcia; SARTORETTO Rui. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: O QUE SÃO E A QUEM SE DESTINAM.** Disponível em: <[https://assistiva.com.br/AEE\\_Laborat%c3%b3rios.pdf](https://assistiva.com.br/AEE_Laborat%c3%b3rios.pdf)>. Acesso em 12 ago. 2020.

SIMON, K. W. **Diretrizes para o uso de aplicativos de leitura e escrita na educação especial.** 2018 – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, Santa Maria (RS), 86f. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16380> Acesso em: 12 ago. 2020.